

Artigo

A constituição da escola no sudoeste paranaense: conflitos agrários e companhias colonizadoras na fronteira (1940-1980)

The constitution of the school in southwestern Paraná: agrarian conflicts and colonizing companies on the border (1940-1980)

La constitución de la escuela en el suroeste de Paraná: conflictos agrarios y empresas colonizadoras en la zona fronteriza (1940-1980)

**Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia¹
Aparecida Favoreto²**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Cascavel-PR, Brasil

Resumo

A história da educação da região sudoeste do Paraná e suas características singulares, instiga a pesquisar sobre a constituição dessa que foi uma das últimas áreas do estado a ser explorada. O presente artigo tem por objetivo investigar a história das escolas do campo e urbanas. A metodologia aqui empregada é de caráter qualitativo e envolve o emprego de análise documental. A pesquisa teve como fontes os relatórios produzidos por autoridades locais, as publicações de autores da região, memorialistas e alguns artigos produzidos por expedições de pesquisadores do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) que, nas décadas de 1950 a 1970, enviou para o sudoeste e outras regiões do país, grupos de agentes para levantar dados e produzir relatórios. A pesquisa identificou os desafios presentes nas escolas no campo, as dificuldades de formação, a forte presença de professores leigos, a influência da igreja na constituição das instituições escolares e o importante papel dos docentes nas comunidades isoladas do interior dos municípios. A criação e instalação de escolas era parte dos projetos das companhias colonizadoras para ocupar a região e garantir a exploração dos recursos naturais, especialmente a madeira, em um momento de expansão da indústria de capital estrangeiro no Brasil. Ocupar o interior do país, especialmente as regiões de fronteira, era essencial para ampliar a oferta de recursos naturais, garantir a posse das áreas e ampliar o mercado consumidor ainda que precariamente.

Abstract

The history of education in the southwest region of Paraná and its unique characteristics, encourages research into the constitution of what was one of the last areas of the state to be explored. This article aims to investigate the history of rural and urban schools. The methodology used here is qualitative in nature and involves the use of document analysis. The research was based on reports produced by local authorities, publications by regional authors and memoirists and some articles produced by expeditions by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) researchers who, in the 1950s to 1970s,

¹ Doutor em Educação pela UFSCar. Pós-doutor em Educação pela UNIOESTE. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7782-2040>. E-mail: ronaldo.garcia@uffs.edu.br

² Doutora em Educação pela UFPR. Professora, pesquisadora e orientadora no Centro de Educação, Comunicação e Artes da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e do PPGE/UNIOESTE (mestrado e doutorado). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3883-5604>. E-mail: cidafavoreto20@gmail.com



sent to the southwest and groups of agents to gather data and produce reports in other regions of the country. The research identified the challenges present in rural schools, training difficulties, the strong presence of lay teachers, the influence of the church in the constitution of school's institutions and the important role of teachers in isolated communities in the interior of the municipalities. The creation and installation of schools was part of the projects of the colonizing companies to occupy the region and guarantee the exploitation of natural resources, especially wood, at a time of expansion of the foreign capital industry in Brazil. Occupying the interior of the country and the border regions was essential to expand the supply of natural resources, ensure ownership of areas and expand the consumer market, albeit precariously.

Resumen

La historia de la educación en la región suroeste de Paraná y sus características únicas, alienta la investigación sobre la constitución de lo que fue una de las últimas áreas del estado en ser exploradas. Este artículo tiene como objetivo investigar la historia de las escuelas rurales y urbanas. La metodología utilizada aquí es de naturaleza cualitativa e implica el uso de análisis de documentos. La investigación se basó en informes elaborados por autoridades locales, publicaciones de autores y memorias regionales y algunos artículos producidos por expediciones de investigadores del IBGE (Instituto Brasileño de Geografía y Estadística) que, en las décadas de 1950 a 1970, enviaron al suroeste y grupos de agentes. recopilar datos y producir informes en otras regiones del país. La investigación identificó los desafíos presentes en las escuelas rurales, las dificultades de formación, la fuerte presencia de maestros laicos, la influencia de la iglesia en la constitución de las instituciones escolares y el importante papel de los maestros en comunidades aisladas del interior de los municipios. La creación e instalación de escuelas fue parte de los proyectos de las empresas colonizadoras para ocupar la región y garantizar la explotación de los recursos naturales, especialmente la madera, en un momento de expansión de la industria de capitales extranjeros en Brasil. Ocupar el interior del país, especialmente las regiones fronterizas, fue fundamental para expandir la oferta de recursos naturales, asegurar la propiedad de áreas y expandir el mercado de consumo, aunque de manera precaria.

Palavras-chave: Instituições de ensino; Educação escolar; Escola em faixa de fronteira; História da educação.

Keywords: Educational institutions; Schooling; School in border strip; History of education.

Palabras claves: Instituciones de enseñanza; Enseñanza; Escuela en la franja fronteriza; Historia de la educación.

Introdução

A história e a ocupação da região do Sudoeste do Paraná podem ser consideradas recente quando comparado com às outras regiões brasileiras e mesmo no contexto paranaense. Na prática a ocupação da parte oeste da região sul sempre foi uma preocupação que vem desde o século XIX. Segundo Wachowicz (1985), a vinda da Família Real em 1808 já deixava claro os interesses do governo português em ocupar a área conhecida como Campus de Guarapuava. Era uma extensa região que ia dos Campos Gerais até o rio Paraná.

De acordo com Schelbauer (2014) a ocupação de extensas regiões do Paraná envolvendo o norte, o oeste e o sudoeste do estado fizeram parte de políticas de ocupação incentivada por governadores ao longo do século XX. Assim, paulistas e mineiros se estabeleceram na região norte do estado e populações descendentes de alemães e italianos se concentraram no oeste e sudoeste. Iniciativas do governo federal também foram implementadas. Durante o governo de Getúlio Vargas vários empreendimentos, como a Companhia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), foi responsável pela fixação de pessoas vindas de outros estados. Ocupar a área de fronteira com mais pessoas e propriedades agrícolas era importante para inibir qualquer possível tentativa de invasão por parte dos países vizinhos. As terras dos Campos de Palmas foi a primeira parte do sudoeste do Paraná a ser colonizado. Esta área foi ocupada por meio de um movimento realizado por indivíduos vindos de Guarapuava que buscavam colonizar as terras próximas da divisa do Rio Grande do Sul, Argentina e do rio Iguaçu (Santos, 2005).

A formação de um território agrícola com o apoio da Companhia Agrícola Nacional General Osório, cuja sede foi localizada na atual cidade de Francisco Beltrão, foi uma iniciativa importante para a constituição da região. Por meio dessa iniciativa buscava-se atrair os colonos dos estados vizinhos como o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, para a ocupação das terras. Assim, as políticas governamentais garantiam algumas condições iniciais para a instalação das famílias migrantes, como o acesso a madeiras para a construção de casas, sementes, ferramentas agrícolas e atendimento médico.

Grande parte das famílias que chegavam para ocupar as colônias eram constituídas essencialmente por descendentes de imigrantes alemães e italianos que colonizaram os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Isso hoje é bastante visível, tantos nos traços físicos da população quanto nos nomes de ruas, praças, avenidas e monumentos. Diante disso, a dinâmica do desenvolvimento da região do sudoeste do Paraná foi muito influenciada pela cultura desses povos e da forma como lidavam com a agricultura, a indústria, o comércio e a própria natureza que os cercavam.

É importante destacar aqui que o sudoeste não era uma área vazia, desprovida de populações antes da chegada dos chamados pioneiros gaúchos e catarinenses, como alguns estudos dão a entender. Pelo contrário, a área durante muito tempo foi utilizada, tanto por brasileiros como argentinos para a exploração da erva-mate e da madeira. Além disso, os indígenas e caboclos aqui viviam e mantinham uma agricultura de subsistência. Embora não exista notícias de conflitos diretos entre os pioneiros e os habitantes locais o fato é que essas populações nativas foram expulsas de suas terras e significativamente reduzidas

O contingente populacional existente à época era formado quase exclusivamente de caboclos (cuja a atividade principal era a coleta de erva-mate e o plantio de pequenas roças para a produção de alimentos necessários à sobrevivência) e de índios, normalmente deslocados de seus grupos e já pouco arredios a presença de brancos (Poli, 2006, p 156).

Entre as ações da CANGO, estava a criação de escolas para os filhos dos colonos. Em 1948 foi construída a primeira escola. Segundo os registros presentes nos relatos e documentos oficiais, a referida Companhia de terras

construiu e manteve vinte e sete escolas rurais de educação primária, as quais foram distribuídas por toda área de atuação. É importante aqui destacar, que devido à falta de professores, a própria comunidade escolhia a pessoa com maior instrução para atuar como professor (Cattelan, 2014). Como não havia nenhuma instituição nesse momento para a formação de professores e poucos estavam dispostos a vir de outras regiões do estado para lecionar no sudoeste, a saída era contar com os próprios moradores que assumiam as salas de aula criadas. Em um relato de um prefeito da região, esta situação de falta de professores ficava evidente:

Os vencimentos pagos ao corpo docente municipal – Cr\$ 450,00 mensais – não constituíam atrativo às professoras normalistas da Capital – e muito menos as precaríssimas condições dos meios de comunicação e de hospedagem, não se levando em conta o alto índice de criminalidade registrado na região, suficiente para desestimular qualquer moça da cidade a residir naquelas paragens. Onde, então, conseguir o pessoal necessário ao início das atividades escolares no Município? A solução foi reunir os moradores de cada núcleo populacional para que os mesmos indicassem entre os presentes, o mais capacitado para assumir o encargo (Martins, 1986, pp. 195-196).

Paralelo a atuação da CANGO no incentivo à instalação de escolas, especialmente no campo, a igreja esteve presente na criação e implementação de instituições escolares urbanas em Francisco Beltrão e em outras cidades da região, como Dois Vizinhos, Capanema, Enéas Marques e outras. Tratava-se de uma ordem religiosa chamada Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora. Segundo Belliato (2017), um grupo de oito freiras teriam vindo diretamente da Alemanha para criar e fundar escolas em lugares pobres e distante dos grandes centros, como era o caso da região.

Em Francisco Beltrão a ordem foi responsável pela criação de diversas escolas. Fundaram cursos de ginásial e colegial, além de dois cursos de formação de professores. Essas iniciativas também contaram com uma parceria junto ao Governo do Estado, na qual as irmãs ficavam responsáveis pela seleção de professores e gestão das instituições de ensino. O estado do Paraná ficava responsável pelo pagamento dos docentes e funcionários e a manutenção das escolas. É interessante observar que em pleno século XX a presença da igreja junto à educação no país ainda era muito forte e, de certa forma, foi decisiva para a criação de escolas e cursos que de outra forma dificilmente teria condições de ocorrer. Provavelmente a parceria com as religiosas era uma forma de garantir, ainda que de forma limitada, o acesso a uma formação inicial de professores que diminuísse a necessidade da contratação de leigos que prevalecia na maioria das escolas, especialmente as do campo.

Esse fato torna instigante o estudo sobre a constituição das práticas docentes e a organização escolar, uma vez que grande parte dos professores escolhidos pela comunidade apresentavam uma formação inicial precária, com pouco preparo didático-pedagógico. Por outro lado, a continuação dos estudos era muito complicada devido a distância e as dificuldades financeiras. Em média o salário pago aos professores municipais era insuficiente para custear o deslocamento e os cursos.

O principal intuito desse artigo é contribuir para a melhor compreensão do processo de constituição das instituições escolares na região sudoeste do Paraná. Para isso buscamos apoiar nossas reflexões a partir de um conjunto de estudos sobre a temática, bem como em relatos de autoridades e memorialistas locais que deixaram diversos relatos escritos e publicados.

Nessa investigação, busca-se compreender o papel da escola em uma região de ocupação recente e permeada por conflitos de terra. A organização dos espaços escolares em locais de difícil acesso, as dificuldades de sobrevivência das populações do campo são alguns, dentre outros elementos, que estão presentes na história da educação dessa região paranaense. Neste sentido, optamos por identificar a constituição da escola em meios às mudanças que ocorriam no contexto local atreladas às transformações econômicas e sociais pelas quais o país passava naquele contexto histórico. É por meio desse procedimento metodológico que buscamos estabelecer a relação entre o contexto social, político, econômico e cultural e assim lançar luz para as reflexões sobre a função social da escola para a região.

Com a intenção de conhecer a história da escola na região, bem como subsidiar novas pesquisas e reflexões sobre a formação de professores, foi necessário estudar a constituição das instituições escolares em um dado momento histórico em que se o país abandonava sua condição de país rural e, essencialmente agrícola, para adotar a urbanização e a industrialização, mesmo sem perder a sua condição de economia dependente.

2. Fundamentação teórica

Atualmente o estudo sobre a história da educação, tornou-se uma importante área de investigação. No país, segundo Nosella e Buffa (2006), desde a década de 1990 as pesquisas na área ganharam um novo flego. Isso se refletiu tanto no número de publicações como na diversidade de temas e abordagens. Dentro dessa pluralidade temática, destaca-se os trabalhos sobre as instituições escolares. Parte disso se deve a criação e expansão dos cursos de pós-graduação, principalmente nas regiões sudeste e sul (Nosella, 2010). Houve também uma ampliação do uso de novas fontes, como materiais didáticos diversos, relatos orais, imagens, arquitetura das escolas e diversos outros. Assim, foi possível promover diferentes interpretações das vivências e dos fatos, bem como formas de compreender a identidade das escolas e as condições educacionais presentes nos diferentes espaços de tempo sobre os quais se debruçaram as investigações.

Quando se desenvolvem estudos e pesquisas sobre a história da educação, se faz necessário considerar os diversos fatores de ordem econômica, social, política, religiosa e cultural que permearam a constituição e a organização dos espaços escolares. Dessa forma, a dinâmica da construção das primeiras escolas pode envolver questões como valores, sentidos e representações. Isso pode levar a uma abordagem muito particular e singular sobre o objeto de estudo que pouca ou nenhuma relação estabelece com o contexto social e histórico no qual a escola se encontra. Para evitar que isso ocorra, é importante um esforço do pesquisador em cotejar dados empíricos com o contexto mais amplo. Somente um trabalho cuidadoso de investigação e

espírito crítico pode ajudar a revelar como se dá a relação entre o particular e o geral. Como aponta Sanfelice (2006):

Após o exaustivo levantamento e apresentação de dados empíricos de um objeto singular – instituição escolar – é ainda necessário explicitar suas múltiplas relações com o contexto social, político, cultural e econômico, entre outros (p. 15).

Sabe-se que por meio da criação da CANGO as terras da região do sudoeste do Paraná começaram a ser colonizadas. As famílias dos migrantes que chegavam nessa região, apresentavam pouca ou nenhuma escolaridade. Os registros demonstram que a maioria dos filhos dos migrantes, bem como dos caboclos eram analfabetos. Um fato importante a ser destacado, é que além da ocupação das terras a referida companhia buscava desenvolver uma economia local. Neste sentido, tornou-se necessário intensificar e promover a escolarização. Tratava-se, de certa forma, de um projeto audacioso de colonização, pois além de regular e distribuir terras para as famílias de pioneiros, a empresa colonizadora previa a instalação de escolas e outros equipamentos necessários a manutenção das pessoas na terra.

Compreender os desafios que marcaram a dinâmica da organização das primeiras escolas possibilitam um novo olhar para a realidade educacional. Para isso, torna-se necessário a busca e a valorização das fontes históricas, dentre elas, podemos destacar os relatos orais, fotos, registros, diários e documentos que representam as marcas deixadas por um dado momento histórico. Como afirma Le Goff (1996) o ofício do historiador é questionar as fontes, suas origens, para que foram produzidas e principalmente atentar para as ausências, os silêncios dos documentos que revelam novas possibilidades interpretativas e de problematização. Isso ocorre, pois, nenhum objeto de investigação revela por si só todas suas possibilidades de leitura. Todo trabalho investigativo demanda um questionamento crítico e criterioso, afim de atingir respostas que ajudem a explicitar as diversas relações entre o particular e o geral ou entre a escola e a vida social. Assim, destaca o autor:

As instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional. Por mais que se estude o interior de uma instituição, a explicação daquilo que se constata não está dada de forma imediata em si mesma. Mesmo admitindo que as instituições adquirem uma identidade, esta é fruto dos laços de determinações externas a elas e, como já dito, 'acomodadas' dialeticamente no seu interior. (Sanfelice, 2007, p. 75)

Por meio da pesquisa é possível atingir uma quantidade significativa de dados e informações que só poderão acrescentar novos conhecimentos a partir do trabalho cuidadoso de análise e crítica do material empírico. No sudoeste as classes multisseriadas foram constituídas para atender o contexto da educação do campo. Ali, naquele espaço, conviviam crianças de diferentes faixas etárias, uma vez que não havia o número suficiente de alunos para formar turmas seriadas. A princípio esta informação parece repetir muito da situação de diferentes regiões do Brasil, no entanto é preciso localizá-la no contexto de uma nação que até a década de 1950 possuía uma população predominantemente

rural e que ainda ensaiava políticas educacionais de maior alcance. Há uma relação entre o que ocorreu na região e o que estava sendo articulado na política nacional. Como indicam os autores:

A dificuldade principal reside exatamente aí: conseguir evidenciar, de forma conveniente, o movimento real da sociedade, como insistem os marxistas. Evidenciar essa totalidade exige a adoção do método dialético e sua aplicação habilidosa (Buffa e Nosella, 2006, p. 7).

Esse é apenas um exemplo dos muitos que podem ser estabelecidos entre escola e sociedade. Por isso, torna-se necessário preservar e valorizar as diferentes formas de registros históricos, bem como as memórias que marcam a trajetória da educação da região, pois essas permitem compreender o processo da escolarização e suas inserções no plano mais amplos das medidas governamentais que buscavam, naquele período, ocupar as fronteiras, garantir a presença das pessoas nos campos e legitimar a soberania do Estado brasileiro na área de fronteira.

Por meio do levantamento, seleção e análise das fontes, tomadas aqui em sentido amplo, é possível compreender e interpretar os acontecimentos históricos. Existem hoje diversas possibilidades de pensar o passado, contudo é importante não tomar um objeto de estudo que se bastasse a si mesmo, como se fora algo à parte, distante das relações humanas, da luta contra a dominação e das disputas pelo poder. Como ressalta Magalhães (2004), a educação é um construto essencialmente social, ela é feita por alguém endereçado a outros indivíduos. Em outras palavras, além do educar e do educar-se, há também as questões que envolvem instituições, agentes, políticas e públicos. Trata-se, portanto, de uma atividade essencialmente humana e social que mobiliza diferentes ações e instituições e provoca resultados que impactam todo um contexto em que ocorre:

Assim, educação/instituição traduz toda a panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também as marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social. Educação/ação corresponde à intervenção de alguém ou de algo sobre alguém outro, ainda que apenas indiretamente assumida como tal. (Magalhães, 2004, p. 15)

As primeiras escolas instaladas juntamente com a chegada das populações de ascendência europeia às terras que pertenciam a indígenas e caboclos deixava claro o papel destas instituições no contexto de ocupação das áreas de fronteira e do interior do país, ou seja, legitimar a presença do Estado brasileiro e “civilizar” o espaço. A própria transferência da capital federal nesse período, deixa evidente esse projeto. Por outro lado, a inserção da nação no contexto do capitalismo industrial também avançava em passos largos com a chegada das multinacionais, abertura de estradas e urbanização. Ao contrário de outros países do hemisfério norte, onde todo processo de consolidação do capital ocorreu de forma gradual ao longo de séculos, por aqui tudo se deu em algumas décadas. A escola assumiu a função de preparar, ainda que

precariamente, as pessoas para essa fase de intensas mudanças. No entanto, a escola que se constitui não somente foi o resultado de um conjunto de ações de Estado. Ela também refletiu o contexto de uma realidade que envolve as condições materiais de sobrevivência, os poucos recursos disponíveis e a ausência de profissionais formados. Assim, a identidade escolar é o resultado da interação dialética entre a proposta institucional e o contexto em que a escola está inserida.

É, porém, na relação que estabelece com o público e com a realidade envolvente, na forma como a cultura escolar interpreta, representa e se relaciona com o contexto na sua multidimensionalidade, como na medida em que o público se apropria e se relaciona com as estruturas e órgãos de uma mesma instituição, que as instituições educativas desenvolvem sua própria identidade histórica. (Magalhães, 2004, p. 68)

Embora as escolas criadas no sudoeste não fossem essencialmente diferentes de tantas outras instaladas no país, por conta das condições sociais e históricas ali dadas, vai desenvolver uma identidade que possui uma natureza única e singular. Compreender um pouco mais da constituição histórica é essencial para entender o sentido que esta instituição passou a ter na vida das pessoas e como estas passam a percebê-la e com ela se relacionar.

3 Resultados e discussões

Para compreender como ocorreu o processo de criação das escolas na região sudoeste é importante entender como se deu a ocupação das glebas de terra, de onde veio a maioria dos habitantes e que porque motivações ali se instalaram. A intensificação do povoamento, especialmente na porção mais voltado para o oeste da região ocorreu a partir do ano de 1940. Já o lado mais a leste, já vinha sendo ocupada com propriedades voltadas à produção de café desde o século XIX.

Como já mencionamos, a posse e povoamento da região insere-se em um conjunto de medidas, tanto por parte do Governo Estadual como do Federal para garantir a posse da área, principalmente aquela que estava mais próxima da fronteira com a Argentina, dados os interesses do país vizinho na área. Entre as iniciativas podemos citar o projeto político da União intitulado de “Marcha para o Oeste” (Zatta, 2016). Com isso, no ano de 1943 se instalou nessa região a chamada CANGO. Esta iniciativa tinha a função de colonização de áreas tidas como vazias demográficas, especialmente na região de fronteira, evitando assim a ocupação das terras por povos vizinhos. Na prática não se tratava de um espaço vazio, uma vez que aqui estavam os indígenas e caboclos que vivam da coleta e da agricultura de subsistência. Assim Mondard e Backes os descrevem:

Constituíam-se genericamente pela miscigenação de índios, negros e brancos, mas, o que os caracterizava substancialmente em relação à região Sudoeste paranaense, era o modo de vida que os circundava, através da extração de erva-mate, criação de animais (principalmente o suíno), coleta de frutos (principalmente o pinhão) e a caça de animais silvestres (tateto, porco do mato e veado) (2008, p. 07).

Com a instalação da CANGO, foram distribuídos lotes de terra gratuitos às famílias. A oferta das terras levou muitas famílias do oeste catarinense e também do noroeste do Rio Grande do Sul a migrarem para o sudoeste paranaense. O povoamento se instalou inicialmente às margens do Rio Marrecas, com ele veio a construção de serraria, hospital, olaria, ferraria e uma escola, na qual ocorreu a primeira aula em 1948 (Cattelan e Castanha, 2013). Essas construções eram todas feitas em madeira, uma vez que a região, até então, estava coberta de mata de araucárias. Neste contexto, a serraria era uma das primeiras edificações a ser construída, sendo assim possível transformar as frondosas árvores em matéria-prima para as construções. A partir de então tinha-se dado o início da ocupação. Uma publicação da década de 1960 da Revista Geográfica Brasileira, o autor demonstra como se deu a ocupação das terras:

Em 1940 o Sudoeste paranaense apresentava uma densidade demográfica de apenas 2 habitantes por quilômetro quadrado, correspondendo à cerca de 23 000 habitantes (33), 15 vezes inferior à densidade demográfica de 1967. Essa enorme diferença de densidade deve-se principalmente ao afluxo de colonos gaúchos e catarinenses, sobretudo daqueles que se deslocaram de seus estados para a região. Esse movimento migratório para o Sudoeste começou a tomar vulto a partir de 1945, e resulta de problemas relacionados às densidades agrárias, à subdivisão fundiária, e ao esgotamento dos solos nas regiões coloniais de povoamento mais antigo (Martins et al, 1970, p. 06).

A colonização nem sempre foi tranquila, houve também muitos impasses e lutas dos colonizadores que ali tinham se instalado com a ajuda da CANGO. Em 1951 a CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.) se instalou na região, a fim de retomar a posse das terras que alegavam serem de sua propriedade. A forma com a empresa agia, contratando jagunços para forçar os agricultores a pagarem pela posse de terras levou ao maior levante que a região já vivenciou. A população se armou e desafiou o poder da empresa. Com isso houve muitas mortes e conflitos com os jagunços, como eram chamados os homens que estavam a mando da CITLA para recuperar as terras (Cattelan e Castanha, 2013). A ação dos jagunços junto às famílias dos colonos era de uma violência sem precedentes na região. Agiam, especialmente contra mulheres e crianças, como podemos verificar no depoimento abaixo:

Pegaram a mulher sevicaram-na; [...], cortaram-lhe o seio e jogaram para o cachorro. Este chegou, cheirou o seio e saiu uivando. Deixaram a mulher esvaindo-se em sangue e entraram dentro da casa. Tiraram toda a mercadoria que servia: rádio, relógio, revólver [...]. Atearam fogo na casa. Enquanto a casa estava queimando, as crianças gritavam em volta da mãe [...] um dos jagunços deu um tiro na cabeça do menino, a criança menor foi jogada para o ar por um dos jagunços e outro espetou-a com uma adaga [...] foram ver a mulher [...] não estava morta. Um pegou pelo cabelo e outro cortou o pescoço. Jogaram a cabeça para cachorro [...] O cachorro saiu uivando pelo mato e não voltou mais. (GOMES, 2005, p. 66).

Além da forma truculenta como agia a companhia que se arrogava proprietária das terras, contava com a certeza da impunidade e provavelmente com a conivência de autoridades. Além disso, tratava-se de uma região que ainda possuía uma presença muito reduzida do Estado. Isso acabou por motivar os colonos locais a se unirem para enfrentar a violência dos jagunços e daqueles que os contrataram.

Segundo denúncias da época, o então governador Moysés Lupion era sócio da CITLA e tinha interesse na questão. Em outubro de 1959 a revista Panorama de Curitiba fazia alusão ao conflito:

A invasão de propriedade de propriedades no sudoeste paranaense pelos medidores de companhias de terras de propriedade do Sr. Moysés Lupion e sócios, resultou em revolta armada que repercutiu em toda a nação. Colonos enfurecidos ocuparam as cidades. A polícia enviou tropas com ordem de chacinar os colonos, caso esses resistissem. A cidade de Barracão, por exemplo, foi tomada de assalto por colonos que prenderam o delegado e soldados (Feijó, 1959, p.4).

A repercussão da revolta, principalmente a partir das matérias da imprensa, chamou muita a atenção da população de todo o país. A fim de evitar maior destaque político, foi criada o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP). Tratou-se de uma iniciativa mista entre a União e o Governo do Estado como o objetivo de promover a distribuição de terras e os títulos de propriedade. Desta forma buscou-se pacificar a região, pôr fim ao conflito e evitar novas revoltas.

Como o povoamento inicial se instalou às margens do Rio Marrecas, o lugar ficou conhecido como Vila Marrecas. Esta foi emancipada do município de Clevelândia em 1951. Em 1952 passou à condição de município, tendo como nome Francisco Beltrão. Esta foi uma homenagem ao engenheiro, político, deputado estadual e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (Catellan e Castanha, 2013). Mas, somente após a primeira eleição que se deu oficialmente o título de município. Isso ocorreu em 09 de novembro de 1952 quando da primeira eleição municipal. Tudo isso contribuiu para consolidar oficialmente a localidade em município.

Antes da emancipação, a Vila Marrecas possuía em 1947 cerca de 2.529 habitantes. Após dois anos, a localidade passou a contar com mais de 6.000 mil habitantes (Catellan E Castanha, 2013). Isso fez com que a população demandasse maior acesso aos serviços de educação. Nesta época havia cerca de 15 escolas que eram mantidas pela CANGO, sendo uma delas localizada na sede do município e as outras em lugares mais afastados do interior do mesmo. Após a emancipação da cidade, a Companhia continuou mantendo as instituições, mas a administração pública de Francisco Beltrão passou a se responsabilizar pela construção de mais escolas, principalmente em comunidades mais distantes.

Assim como Catellan (2018) já destacou, a maioria dos professores nesse período eram desprovidos de formação. Assim as pessoas que detinham um pouco mais de conhecimento se tornavam os professores nas escolas. A maioria das instalações escolares deste período era de classes multisseriadas. Para a escolha dos professores era feita uma reunião na comunidade e a população da

mesma decidia entre eles quem era aquele que iria assumir as classes (Catellan 2018). Algumas pessoas questionavam como poderia ser entregue o conhecimento de seus filhos a alguém sem uma formação específica, mas devido à escassez de docentes, era o que poderia ser feito na época. Esta situação de falta de professores formados também foi mencionada em um artigo da Revista Geográfica Brasileira:

Também devido a esse tipo de povoamento recente relaciona-se o elevado número de professores não-formados, tanto no ensino primário como no médio; em 1964, segundo o Censo Escolar, cerca de 80% do corpo docente do ensino primário de toda a região era constituído por pessoas que tinham apenas o curso primário completo ou incompleto. As exceções parecem ser encontradas apenas em Pato Branco e em Francisco Beltrão, as duas principais cidades regionais, e na cidade de Planalto, onde se processou uma colonização organizada, tendo havido imigração de professoras primárias formadas. No ensino médio é comum que os professores sejam recrutados entre os advogados, contadores, dentistas, farmacêuticos, bem como entre aqueles que possuem o curso de professor primário (Martins et al, 1970, p. 103).

Com o passar dos anos e a chegada de mais migrantes, juntos desses também vieram para essa região mais crianças e jovens em idade escolar. Mesmo assim o número de professores leigos ainda era alto. Catellan (2018) apresenta alguns dados que são bem alarmantes, começando pela forma como as pessoas se tornavam professores. Era feita uma prova que tratava de quatro contas, uma de cada operação matemática e um ditado de cerca de 20 palavras. Calcula-se que o número de professores sem habilitação superava quarenta por cento das classes do interior do município. Esta situação vai se manter por mais tempo. Em um Relatório da Administração do Prefeito Deni Lineu Schwartz (1969-1973) ainda havia menção a escassez de professores normalistas para assumir salas de aula, especialmente no meio rural.

Racionalização dos recursos humanos mediante o contrato de pessoal classificado por concursos de habilitação, dando-se prioritariamente ao professor normalista, fornecendo-lhe condições para atuar no interior. Apesar dos esforços dispensados nesse sentido, há muito a desejar (Relatório Administrativo Gestão 1969 a 1973, p. 85-86)

Está havendo problema, cada vez mais sério, para o recrutamento de professores, inclusive normalistas, que tendem a continuar os seus estudos em outras cidades (Relatório Administrativo Gestão 1969 a 1973, p. 93)

No ano de 1964 já havia alguns cursos de formação para os professores, esses eram ofertados na cidade de Francisco Beltrão e duravam cerca de quarenta dias. Tais cursos eram para auxiliar os professores a planejarem suas aulas e também os auxiliavam com material didático. Essa formação de cerca de quarenta dias era para todos os professores, tanto os da cidade quando para os que trabalhavam no interior do município. Um dado que chama atenção era que,

além dessa formação, os professores do campo se reuniam separadamente ainda para planejarem aulas específicas para alunos dessas comunidades (Catellan, 2018).

Já ao final da década de 60 também se tinha registros de outros cursos ministrados para os professores, um deles foi de matemática moderna. Curso este que era oferecido pelo IBEP (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas). Ele não era gratuito, era necessário o pagamento de taxa. Além deste, eram oferecidas outras formações que visavam trazer um aperfeiçoamento para o professor, disponibilizando novos métodos para que o processo de educação oferecido adquirisse melhor qualidade (Catellan, 2018).

Com isso, já na década de 70 a indústria e o comércio da região mostrava-se mais dinâmico e atraindo cada vez mais compradores e novos habitantes que vinham especialmente do campo para a cidade. Houve uma desvalorização do homem no campo (Groff e Zancanella, 2016) e uma crescente migração de populações do campo para as cidades. Contudo, isso teve pouco impacto no que se refere à formação de professores naquele momento. Os cursos de nível médio para formação de professores para séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil expandiu para diversas cidades da região como Francisco Beltrão, Pato Branco e Capanema. A partir do final da década de 1970 verificou-se um esforço dos municípios na adoção de um currículo comum e o aprimoramento da didática com um melhor proveito dos recursos que eram disponibilizados (Catellan, 2018). Aqueles que tivessem interesse na formação superior para professores deveriam deslocar-se até a cidade de Palmas que era o centro urbano com oferta de ensino superior mais próxima.

A constituição da escola no sudoeste paranaense estava atrelada aos projetos de ocupação de áreas até então pouco exploradas e que de certa forma representava um desafio para consolidação das fronteiras e também a construção da hegemonia do país na América do Sul. Além disso, é preciso considerar a nova fase de expansão do capitalismo mundial que transfere para as nações periféricas, como a nossa, parte importante de suas indústrias. Em pouco mais de trinta anos (1950-1980) o Brasil vivenciou transformações significativas na sua matriz produtiva. Passamos por mudanças que a Europa e os Estados Unidos demoram séculos para atingir. Houve uma expansão urbana sem precedentes e consequente esvaziamento dos campos:

Este crescimento foi comandado pela indústria de transformação que, no conjunto, cresceu a uma taxa média de 8,5 por cento ao ano: na verdade, o crescimento brasileiro no período foi profundamente marcado pela notável expansão da indústria de bens duráveis de consumo, que cresceu à taxa média de 15,3 por cento ao ano, atingindo taxas de crescimento superiores a 23,0 por cento ao ano nos momentos expansivos dos ciclos que ocorreram no período (1955-62 e 1967-73). Também os setores de bens intermediários e de bens de capital cresceram a taxas médias elevadas (10,5 e 12,8 por cento ao ano, respectivamente) (Faria, 2008, p. 188).

Como apontou Faria (2008) é difícil qualquer país passar por um período tão intenso de expansão econômica sem vivenciar o outro lado dessa condição. Na verdade, antigos problemas tornaram-se mais visíveis e outros surgiram, como a concentração demográfica nas cidades, precarização das condições de

moradia, saúde, educação e outros. A expansão da indústria de bens duráveis e de produção exigiu uma grande concentração de capitais. No entanto esse processo não permitiu a instalação de um setor industrial autônomo em relação ao capital externo. Estas empresas, “desenvolveram-se dependentes — direta ou indiretamente — do grande capital internacional ou multinacional” (Faria, 2008, p. 190).

Em pleno contexto de intensa urbanização e industrialização a região sudoeste do Paraná se constituía em uma área que precisava ser inserida no modelo econômico vigente, ainda que na condição de fornecedores de matérias-primas e de ampliação do mercado consumidor para os novos produtos fabricados pelas multinacionais. Assim, a constituição da escola tinha como objetivo a formação de novos trabalhadores e consumidores que pudessem responder aos interesses da expansão do capital multinacional e, ao mesmo tempo, consolidar a ocupação de áreas previsto nos projetos de colonização que vinham sendo implementados pelo Estado brasileiro desde as primeiras décadas do século XX. Garantir a presença da escola, mesmo que inicialmente em condições precárias, improvisadas, com professores sem formação adequada, era uma forma de inserir a nação no mundo industrial e urbano.

Mesmo que inserida de forma mais tardia às fronteiras nacionais, do ponto de vista econômico e demográfico, a região sudoeste acompanhava o que já vinha sendo implantado pelas políticas educacionais da época. Entre elas a massificação do acesso à escola para amplos setores da população. Havia a preocupação de garantir a matrícula nas séries iniciais do que hoje chamamos de Ensino Fundamental. O mesmo não ocorria em relação ao ensino de nível médio, uma vez que o número de escolas era muito reduzido:

No curso ginásial clássico as unidades escolares estão presentes em 22 cidades e em uma única vila, a de Pranchita, no município de Santo Antônio do Sudoeste, inexistindo apenas em Salgado Filho e em Itapejara do Oeste. Já no 2.º ciclo encontra-se o curso comercial nas cidades de Pato Branco, Vitorino, Mariópolis, Chopinzinho, Coronel Vivida, Francisco Beltrão, Santo Antônio do Sudoeste e Planalto, enquanto o curso científico é encontrado apenas em Pato Branco. Como curso de formação profissional a região conta com escolas normais em Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema, e ginásios agrícolas em Francisco Beltrão e Itapejara do Oeste (Martins et al, 1970, p. 102).

Uma das possíveis explicações pela ausência de escolas de nível médio estava também no pouco interesse que os jovens, especialmente os que residiam no meio rural de frequentar esses cursos. Martins et al (1970) verificou que mais de 80% dos pais dos alunos das instituições de ensino La Salle de Francisco Beltrão e do Colégio Estadual Comercial de Pato Branco viviam nas sedes urbanas dos respectivos municípios. Outro aspecto que pode ser mencionado era a falta de uma formação voltada para a vida no campo. Os cursos ofertados, na sua maioria, estavam voltados para uma educação eminentemente urbana. Assim, aquele jovem que mesmo sendo oriundo do meio rural, depois de concluído sua formação, para lá não quer mais voltar. Isso é muito evidente até nos dias atuais. Embora a escola fosse de certo modo reivindicada pelas populações locais e mantida, ainda que com algumas

deficiências pelas autoridades instituídas, ela de fato não respondia aos anseios dos agricultores, especialmente dos pequenos e médios proprietários que constituía a maioria da população.

4. Considerações finais

A história da constituição da escola e da docência no sudoeste paranaense revelam características e marcas que lhe são próprias e dizem respeito às peculiaridades do contexto e dos indivíduos que aqui viviam e outros que chegaram depois. Diferentes elementos naturais, econômicos, culturais, políticos e sociais deram origem a uma forma própria de organização e de relações humanas que, por sua vez, não se constituiu sem manter íntimas e estreitas ligações com o que ocorria no país na segunda metade do século XX. Fase esta marcada pela expansão do capitalismo multinacional que aqui chegava com forte impacto na industrialização de bens de consumo e bens duráveis, vertiginosa urbanização, degradação ambiental e significativos movimentos de deslocamentos de populações em diferentes regiões, especialmente do norte em direção ao centro-sul. Como parte deste processo, ocorreram as políticas de ocupação e desbravamento do interior brasileiro. Não é por acaso que temos a inauguração da nova capital federal (Brasília) em plena região do planalto central. A ocupação da faixa oeste do sul do país, era parte desses projetos de expansão e consolidação do território nacional, especialmente da região de fronteira. Integrar o interior brasileiro ao novo projeto de uma nação urbana e industrial, como fornecedora de matérias-primas e possível formação de mercado consumidor, era parte importante dos planos desenvolvimentista dos anos de 1950 e mantidos pelos governos militares das décadas seguintes.

Por meio da pesquisa e da análise de algumas categorias que emergiram dos documentos (ocupação das terras, professores leigos, criação de escolas e projetos governamentais) podemos identificar aspectos importantes da constituição da escola e da docência que nos permitiu compreender um pouco mais a história das escolas na região. A realização de pesquisas, disponibilização de materiais, documentos e outras iniciativas na área da história da educação da região, poderão contribuir para ampliar o debate sobre a educação e o papel da escola na constituição da região sudoeste. Ao dar voz aos agentes portadores das memórias da educação local e de suas experiências, estamos atuando contra o esquecimento e desta forma temos a oportunidade de refletir melhor sobre o processo de formação inicial e continuada de professores. Esta, por sua vez, é uma profissão complexa que exige a apropriação de saberes de diferentes tipos e naturezas. Além disso, como podemos verificar, a educação é uma atividade social que pode colaborar, tanto para manutenção como para a modificação da realidade na qual está inserida. Assim, quanto mais os professores se apropriarem da identidade histórica da escola melhor poderão atuar e traçar estratégias pedagógicas que respondam de forma mais efetiva às demandas do contexto local e regional.

A pesquisa revelou importantes aspectos que deixam entrever um pouco das práticas e da concepção de mundo, de sociedade, de homem e de educação que se materializava nas ações, nas decisões tomadas e também nos discursos. Desta forma a memória da educação que também está sujeita a esquecimentos,

precisa ser preservada e revisitada. Ela traduz muito do contexto em que está inserida e revela as relações que se estabelecem com os sujeitos e entre eles. Por esse motivo ela não pode ser tomada como algo pronto e que se basta a si mesmo. Como toda fonte, os documentos também se insinuam e lançam algumas frestas de luz sobre o desconhecido, mas nunca revela a sua totalidade. Esta precisa ser constantemente perseguida, embora sempre de forma provisória e cheia de contradições, como aliás, é próprio do conhecimento científico. Ir para além do que nos apresentam os documentos, nos deixam ver como é grande o desafio deste e tantos outros trabalhos que procuram indícios, marcas, detalhes. Como disse Ginzburg (1989), tudo isso é um esforço para nos ajudar a conhecer um pouco mais como eram aqueles que nos antecederam no tempo.

Por se tratar de uma investigação que procura compreender a constituição da escola e suas práticas em um determinado contexto espacial e temporal, é preciso construir um diálogo com o passado. Não no sentido de evitar repetir a mesma história ou dele retirar alguma lição, mas compreender o quanto ele ainda está presente em nossas escolas, nas práticas pedagógicas e nos discursos dos docentes. É essencial apropriar-se do que foi no sentido de questionar melhor que tipo de formação de professores queremos pôr em prática e onde pretendemos chegar. Sem referenciais corremos o risco de implementar projetos que não consigam refletir sobre as necessidades, problemas e perspectiva para a região sudoeste do Paraná.

Referências

BELLIATO, Moacir da Costa. **O Colégio Nossa Senhora da Glória e o Processo de Escolarização no município de Francisco Beltrão – PR (1951-1982)**. 2017. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Francisco Beltrão PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Francisco Beltrão PR, 2017.

CATTELAN, Carla. **Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981: a escola multisseriada**. 2014. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Francisco Beltrão- PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Francisco Beltrão PR, 2014.

CATTELAN, Carla. História da formação do professorado rural primário em Francisco Beltrão - PR (1948 A 1980): O Ensino Multisseriado. **Anais do V Congresso Nacional de Educação (V Conedu)**. Campina Grande PB, v 1, 2018. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/anais.php> Acesso em: 18 de abril de 2021.

CATTELAN, Carla; CASTANHA, André Paulo. O desenvolvimento educacional de Francisco Beltrão em meio a luta pela terra, 1940-1960. **Anais da XI Jornada do HISTEDBR: A Pedagogia Histórico-Crítica, a Educação Brasileira e os desafios de sua institucionalização**. Cascavel PR, 2013. Disponível em: <http://www.xijornadahistedbr.com.br> Acesso em: 22 de novembro de 2020.

FARIA, Vilmar. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In SORJ, B., and

ALMEIDA, MHT., orgs. **Sociedade e política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 182-244.

FEIJÓ, Ivair. Mar de lama no Paraná. **Revista Panorama**, Curitiba, Ano IX, nº 89, p. 02-11 out., 1959.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989. 281p.

GOMES, Iria Zanoni. **A Revolta dos Posseiros 1957**. 3. ed. Curitiba: Criar Edições, 2005. 121p.

GROFF, Iliane; ZANCANELLA, Yolanda. História da educação no Sudoeste do Paraná: espaço de lutas e contradições. **Anais do III Congresso Nacional de Educação (III Conedu)**. Campina Grande PB, v 1, 2018. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/anais.php> Acesso em: 20 de abril de 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996. 553p.

MAGALHÃES, João Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições escolares**. Bragança Paulista SP: Universitária São Francisco, 2004. 178p.

MARTINS, Fany Haus; BREMALKER, Francois Eugène Jean de; RUA, João; RIBEIRO, Luís Antônio de Moraes; CORRÊA, Roberto Lobato. Cidade e região no sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Geografia**, v 32, nº 2, pp 03-156, 1970.

MARTINS, Rubens da Silva. **Entre Jagunços e Posseiros**. Curitiba: Studio GMP, 1986. 484p.

MONDARD, Marcos Leandro; BACKES, Thaine Regina. A dinâmica migratória na (trans) formação territorial do sudoeste paranaense. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel PR, v. 7, n.12: 1º sem., p. 47-60, 2008.

NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Navegando na história da educação brasileira**. Campinas: F.E. HISTEDBR, 2006. p. 1-15. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 23 abr. 2021.

NOSELLA, P. A pesquisa em educação: um balanço da produção dos programas de pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.15, n.43, pp 177-183, 2010.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In **Cadernos do CEOM**. Chapecó SC, ano 19, n. 23, pp. 149-187, 2006

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ENGº. DENI LINEU SCHWARTZ: Gestão 1969-1973. Francisco Beltrão – PR, 1973.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel. M.; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José C.; SAVIANI, D. (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil**. Conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 75-93.

SANFELICE, José Luís. História, instituições escolares e gestores educacionais. **Revista Histedbr. On-Line**. Campinas SP, Número especial, ago. 2006. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SANTOS, Eucleia Gonçalves. **Em cima da mula, debaixo de Deus, na frente do inferno**: os missionários franciscanos no Sudoeste do Paraná (1903-1936). 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em História. Curitiba: 2005.

SCHELBAUER, Anaete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Hist. Educ.** Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, maio/ago. 2014.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná, sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba: Litero-Técnica, 1985. 313 p.

ZATTA, Ronaldo. A colonização oficial do sudoeste paranaense e mito do “vazio demográfico”. **Anais do XV Encontro regional de História**: 100 anos da Guerra do Contestado, Curitiba, jul. 2016. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/45/1466125179_ARQUIVO_TrabalhoAnpuhPR2016RonaldoZatta.pdf Acesso em: 20 de abril de 2021.

Enviado em: 20/07/2022 | Aprovado em: 12/10/2024

